

Demonstrações Financeiras

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “Stone SCD”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

O produto de crédito da Companhia, iniciou suas operações e navegou pelo período mais volátil dos últimos tempos. O produto foi significativamente impactado por problemas no funcionamento das registradoras de recebíveis, que trouxeram uma grande incerteza e comprometeram o processo de “trava” de recebíveis.

Posto isso, este processo gerou aprendizados valiosos que serão alicerce para avançar na construção de um produto muito melhor, voltado a ajudar o comerciante brasileiro. Continuaremos a refinar a solução de crédito, evoluindo no processo de recuperação e otimizando as taxas e oferta, se alavancando ainda mais em nosso modelo de distribuição e dados de nossos clientes. Estamos comprometidos e vemos uma oportunidade enorme pela frente.

Pretendemos voltar a escalar nossas soluções de crédito em breve. Soluções de capital de giro são de profunda importância para nossos clientes e o produto de crédito continuará sendo uma de nossas soluções para ajudar pequenos e médios negócios a crescer e vender mais.

Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios.

Total de ativos

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R\$ 511 milhões, apresentando um aumento de 442 milhões em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 69 milhões. A principal movimentação no total de ativos foi em títulos e créditos a receber, o qual refere-se a valores a receber de sub-rogação de partes relacionadas, totalizando R\$ 488 milhões de 31 de dezembro de 2021.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 501 milhões, representando um aumento de R\$ 403 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 71 milhões.

Resultado

No exercício de 2021, a Stone SCD totalizou um lucro líquido de R\$ 6,9 milhões, representando um aumento de R\$ 10,7 milhões em relação ao prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$ 3,8 milhões de lucro.

Destacamos abaixo os principais impactos no resultado:

- **Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, totalizaram R\$ 32,9 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 27,2 em relação ao total de R\$ 5,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A diferença deve-se ao aumento de cessões de crédito cedidas aos FIDCs.
- **Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da SCD, reflexo do crescimento da Companhia.
- **Despesas Administrativas:** O aumento das despesas administrativas, de R\$ 3 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, para R\$ 11 milhões no exercício findo em dezembro de 2021, deve-se principalmente ao aumento dos serviços do sistema financeiro, como por exemplo, serviços de informações cadastrais e gestão de recebíveis.

A administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

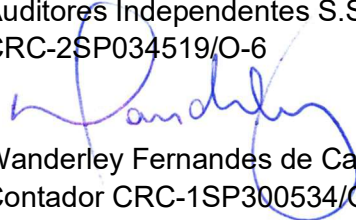
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-1SP300534/O-8

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo			
Circulante		509.846	69.241
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.560	68.930
Disponibilidades		18.560	68.930
Instrumentos financeiros	5/16	490.189	193
Títulos e créditos a receber		488.000	-
Outros ativos diversos		2.189	193
Outros créditos	6	1.097	118
Impostos e contribuições a compensar		1.097	118
Não circulante		1.504	-
Outros créditos	6	1.176	-
Ativos fiscais diferidos		1.176	-
Permanente		328	-
Intangível	7	328	-
Ativos intangíveis		328	-
TOTAL DO ATIVO		511.350	69.241

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo			
Circulante		5.692	1.892
Depósitos e demais instrumentos financeiros		2.170	1.704
Outros passivos diversos	8	2.170	1.704
Outras obrigações	9	3.522	188
Impostos e contribuições a recolher		3.494	188
Dividendos a pagar	10d)	28	-
Passivo exigível a longo prazo		1.244	31
Outras obrigações	9	1.244	31
Provisão para contingências	9a)	1.244	31
Patrimônio líquido	10	504.414	67.318
Capital social	10a)	501.000	71.000
Reserva de capital	10b)	536	281
Reserva de lucros	10c)	2.878	-
Prejuízos acumulados		-	(3.963)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		511.350	69.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Resultado bruto da intermediação financeira		28.767	32.916	5.761
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	11	28.767	32.916	5.739
Resultado de operações com instrumentos financeiros		-	-	22
Outras receitas (despesas) operacionais		(14.388)	(24.344)	(9.639)
Despesas de pessoal	12	(3.741)	(9.344)	(5.927)
Despesas administrativas	13	(8.087)	(11.133)	(2.616)
Despesas de provisões	14	(1.222)	(1.252)	(30)
Amortização		(10)	(10)	-
Outras despesas operacionais	15	(1.328)	(2.605)	(1.066)
Resultado operacional		14.379	8.572	(3.878)
Resultado não operacional		(84)	(84)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		14.295	8.488	(3.878)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6 a)	(2.795)	(2.795)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 a)	1.176	1.176	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do período		12.676	6.869	(3.878)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	12.676	6.869	(3.878)
Outros resultados abrangentes	-	-	1
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-	1
Variação no ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda, líquido do efeito tributário	-	-	1
Resultado abrangente do período	12.676	6.869	(3.877)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		11.000	-	-	-	(1)	(85)	10.914
Aumento de capital		50.000	-	-	-	-	-	50.000
Integralização de capital		10.000	-	-	-	-	-	10.000
Pagamento baseado em ações		-	-	-	281	-	-	281
Varição no ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda		-	-	-	-	1	-	1
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	-	(3.878)	(3.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		71.000	-	-	281	-	(3.963)	67.318
Saldo em 1 de julho de 2021		501.000	-	-	427	-	(9.770)	491.657
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações		-	-	-	109	-	-	109
Lucro do semestre		-	-	-	-	-	12.676	12.676
Reserva legal		-	-	145	-	-	(145)	-
Reserva de lucro		-	2.733	-	-	-	(2.733)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		501.000	2.733	145	536	-	-	504.414
Saldo em 31 de dezembro de 2020		71.000	-	-	281	-	(3.963)	67.318
Aumento de capital	10a)	430.000	-	-	-	-	-	430.000
Pagamento baseado em ações	10b)	-	-	-	255	-	-	255
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	6.869	6.869
Reserva legal	10c)	-	-	145	-	-	(145)	-
Reserva de lucro	10c)	-	2.733	-	-	-	(2.733)	-
Dividendo mínimo obrigatório	10d)	-	-	-	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		501.000	2.733	145	536	-	-	504.414

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do período		12.676	6.869	(3.878)
Ajustes ao lucro (prejuízo) do período:		150	331	290
Amortização		(1)	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferido		(1.176)	(1.176)	-
Receitas financeiras, líquidas		-	-	(22)
Provisão para contingências	9a)	1.218	1.252	31
Pagamento baseado em ações		109	255	281
Variações nos ativos e passivos		2.670	(487.242)	11.529
Títulos e valores mobiliários		-	-	10.063
Instrumentos financeiros		3.000	(488.000)	-
Outros ativos diversos		(3.323)	(6.809)	(5.932)
Despesas antecipadas		22	-	-
Impostos e contribuições a recolher		4.921	4.596	126
Outras obrigações diversas		(857)	428	1.589
Juros recebidos, líquidos		-	3.636	5.739
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.093)	(1.093)	(56)
Caixa líquido das atividades operacionais		15.496	(480.042)	7.941
Aquisição de ativos intangíveis	7	(120)	(328)	-
Caixa líquido das atividades de investimento		(120)	(328)	-
Integralização de capital	10 a)	-	-	10.000
Aumento de capital	10 a)	-	430.000	50.000
Caixa líquido das atividades de financiamento		-	430.000	60.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		15.376	(50.370)	67.941
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	3.184	68.930	989
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	18.560	18.560	68.930
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		15.376	(50.370)	67.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Stone Sociedade de Crédito Direto S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia” ou “SCD”) com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, cj. 2101, 20º andar, CEP 05425-902, foi constituída em 6 de março de 2019. A Companhia tem como atividade principal a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; a prestação de serviços de análise de crédito e cobrança para terceiros; e a atuação como representante na distribuição de seguros relacionados às operações realizadas.

A Companhia é controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. (“Stone Pagamentos”), uma empresa nacional que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. (“Grupo StoneCo” ou “Grupo”), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código “STNE”, constituída nas Ilhas Cayman.

A SCD obteve, em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”).

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

3. Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 4.818/20, incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

b) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) *Títulos para negociação* - títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- (ii) *Títulos mantidos até o vencimento* - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
- (iii) *Títulos disponíveis para venda* - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (i), (ii) e (iii) e 2020 nos itens (i) e (ii).

O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são

negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

c) Operações de crédito

De acordo com a Resolução do CMN nº 4.656/18 e alterações, a SCD é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. A Companhia origina operações de crédito na modalidade Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização das operações de crédito vencidas até 59 dias é contabilizada em receitas e, a partir de 60 dias de atraso, em rendas a apropriar, sendo reconhecidas como receita, independentemente de seu nível de risco, quando de seu efetivo recebimento.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente, e controladas, por cinco anos, em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

d) Cessão de créditos

A Companhia realiza cessão da totalidade de suas operações de crédito para um fundo de investimento em direitos creditórios (“FIDC”) no mesmo dia em que as operações são originadas. Tais cessões são classificadas como “com transferência substancial dos riscos e benefícios”.

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/21 e 3.809/09 e alterações, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria “com transferência substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado, e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada (Nota 8).

Assim sendo, a Companhia não possui nenhuma operação de crédito em seus balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

e) Provisão para perdas esperadas com risco de crédito

A provisão para perdas esperadas com risco de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura

de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.686/21, dentre as quais se destacam:

- as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

f) Ativo intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade.

O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda (“IRPJ”) é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no período. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) é de 9% sobre o lucro tributável.

h) Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

i) Apuração do resultado

(i) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Registro do resultado positivo ou negativo apurado nas operações de cessão “com transferência substancial dos riscos e benefícios” das operações de crédito e operações de sub-rogação.

(ii) Resultado de operações com instrumentos financeiros

Registro dos rendimentos sobre as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

j) Pagamento baseados em ações

A Companhia possui planos de pagamento baseado em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com ações baseados no preço ou valor das ações para empregados e não empregados em troca de serviços.

As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do pagamento baseado em ações está de acordo com as normas adotadas no Brasil (CPC 10) e aprovadas pelo BACEN. O custo de transações liquidadas em ações é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

l) Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve resultado classificado como não recorrente.

m) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:

- Resolução BCB nº120: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN, não adotada pela Companhia neste momento. A Stone SCD não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma.
- Resolução BCB nº 178 (IFRS 16): Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2) traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades – Em moeda nacional	18.560	68.930
Total	<u>18.560</u>	<u>68.930</u>

5. Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Títulos e créditos a receber (Nota 16)	488.000	-
Outros ativos (Nota 16)	2.189	193
Total	<u>490.189</u>	<u>193</u>

6. Outros créditos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos trabalhistas	3	31
Impostos e contribuições a compensar	-	38
Antecipação de IRPJ e CSLL	1.094	49
Ativos fiscais diferidos	1.176	-
Total	<u>2.273</u>	<u>118</u>

a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2021</u>
Lucro antes dos impostos	8.488
Alíquotas vigentes - %	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	<u>(2.886)</u>
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	
Diferido anteriormente não reconhecido (Prejuízo fiscal e diferenças temporárias)	1.004
Outras despesas permanentes	263
	<u>(1.619)</u>
Taxa (%) de alíquota efetiva	19%
Impostos correntes	(2.795)
Impostos diferidos	1.176
	<u>(1.619)</u>

b) Impostos diferidos

A Stone SCD registra ativos fiscais diferidos conforme prerrogativas da Resolução do CMN nº 4.842/20.

Os ativos fiscais diferidos serão compensados dentro do prazo permitido pela regulamentação acima mencionada. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os ativos fiscais diferidos de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporárias. Ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para pagamento baseado em ações	-	87	87
Perdas efetivas	-	424	424
Provisão para contingências	-	427	427
Demais diferenças temporárias	-	238	238
Ativos fiscais diferidos	<u>-</u>	<u>1.176</u>	<u>1.176</u>
Obrigações fiscais diferidas	-	-	-
Impostos diferidos, líquidos	<u>-</u>	<u>1.176</u>	<u>1.176</u>

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	<u>Valor</u>
2022	552
2023	466
2024 até 2028	158
Total	<u>1.176</u>

O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 961 (R\$ - em 31 de dezembro de 2020), descontados à taxa média de captação da Companhia.

7. Intangível

	<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Custo			
Software (i)	-	328	328
Total	<u>-</u>	<u>328</u>	<u>328</u>

(i) Refere-se a desenvolvimento de soluções internas de Software para melhoria de processos.

8. Outros passivos diversos

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de despesa de pessoal	1.040	1.131
Contas a pagar a FIDC (i)	364	243
Provisão de despesas administrativas	524	100
Diversos (ii)	242	230
Total	<u>2.170</u>	<u>1.704</u>

(i) Esse montante está líquido de contas a receber da mesma entidade FIDC, visto que a liquidação da obrigação se dará pelo líquido.

(ii) Do saldo demonstrado, R\$ 48 refere-se a valores a pagar a partes relacionadas.

9. Outras obrigações

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos retidos	278	188
PIS e COFINS	470	-
IRPJ e CSLL	2.746	-
Dividendos a pagar (Nota 10d)	28	-
Provisão para contingências	1.244	31
Total	<u>4.766</u>	<u>219</u>

a) Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia figurava como parte em processos cíveis, com a probabilidade de perda provável, os quais foram provisionados em R\$ 1.244 (R\$ 31 em 31 de dezembro de 2020).

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências	1.244	31
Total	<u>1.244</u>	<u>31</u>

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31	-
Adições	1.285	31
Reversões	(33)	-
Pagamentos	(39)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.244</u>	<u>31</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está envolvida em processos cíveis, com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados em R\$ 2.444 (R\$ 62 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia possui disputa com participante do mercado de registro de recebíveis referente a valores cobrados considerados indevidos, além de pedido de natureza indenizatória. Os valores reconhecidos pela Companhia foram de R\$ 1.185, registrados como contingências prováveis, e a Companhia reconhece o valor de R\$ 27.203 como perda possível.

Em 17 de março de 2022, uma decisão judicial determinou o pagamento provisório de determinados valores, sendo o montante de R\$ 15.608 relativo ao exercício de 2021. Nossos advogados e consultores externos mantêm o entendimento de que a probabilidade de êxito do processo judicial é possível.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de agosto de 2019 a Companhia foi constituída, condicionando-se a decisão e aprovação do BACEN e demais autoridades pertinentes, a aprovar a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R\$ 1.000, dividido em 1.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 foram integralizados em janeiro de 2020.

Em 20 de outubro de 2020 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 14 de outubro de 2020, no valor total de R\$ 100.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 50.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 50.000 a ser integralizado em até 12 meses.

Em 27 de maio de 2021 a Companhia integralizou R\$ 50.000, aprovados na AGE realizada em 14 de outubro de 2020.

Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, é representado por 501.000.000 ações ordinárias (121.000.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 501.000 totalmente subscrito e integralizado (R\$ 121.000 em 31 de dezembro de 2020).

b) Reserva de Capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 255 totalizando R\$ 536 (R\$ 281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) de remuneração baseada em ações.

c) Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Stone constituiu reserva legal no montante de R\$ 145 no período findo em 31 de dezembro de 2021, equivalente a 5% do lucro líquido, a qual não pode exceder de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD constituiu uma reserva de lucros no montante de R\$ 2.733.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD constituiu dividendos a pagar no montante de R\$ 28.

11. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

No exercício de 31 de dezembro de 2021, as operações de cessão de ativos financeiros com transferência substancial dos riscos e benefícios, geraram resultado positivo de R\$ 32.916 (R\$ 5.739 em 31 de dezembro de 2020).

12. Despesas de pessoal

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Salários e proventos	7.056	4.121
Encargos sociais	1.877	1.525
Benefícios	411	281
Total	9.344	5.927

13. Despesas administrativas

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em em 31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	7.148	2.032
Despesas tributárias	2.085	345
Serviços técnicos especializados	1.186	173
Viagens	5	-
Processamento de dados	81	6
Outros	628	60
Total	11.133	2.616

14. Despesas de provisões

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em em 31/12/2020
Provisão para contingências	1.252	30
	1.252	30

15. Outras despesas operacionais

	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em em 31/12/2020
Perdas operacionais	1.247	-
Outras despesas operacionais	1.358	1.066
Total	2.605	1.066

16. Partes Relacionadas

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
<i>Stone Instituição de Pagamento S.A.</i>	482.182	-
<i>Pagar.me Pagamentos S.A.</i>	8.007	-
Instrumentos Financeiros (Nota 5) (a)	490.189	-
Passivos	31/12/2021	31/12/2020
<i>Stone Instituição de Pagamento S.A.</i>	(28)	-
Dividendos a pagar (Nota 10d)	(28)	-
<i>MNLT Soluções de Pagamento S.A.</i>	(10)	-
<i>TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A.</i>	(32)	-
<i>Linx Sistemas e Consultoria Ltda.</i>	(6)	-
Outros passivos diversos (Nota 8)	(48)	-
Despesas	31/12/2021	31/12/2020
<i>Stone Instituição de Pagamento S.A.</i>	1.005	-
<i>Pagar.me Pagamentos S.A.</i>	2	-
Total	1.007	-

(a) Mediante solicitação, a Stone SCD paga antecipadamente os valores decorrentes das transações de pagamento realizadas pela Stone Instituição de Pagamentos S.A. ou pela Pagar.me Pagamentos S.A aos estabelecimentos comerciais usuário finais recebedores, e se sub-roga em seus direitos, se tornando a nova credora da Stone Instituição de Pagamento ou da Pagar.me. Por essa razão, o montante a receber da Stone Instituição de Pagamento é de R\$ 480.000 e a receber da Pagar.me é de R\$ 8.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Pessoas chave

Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Stone SCD não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

17. Pagamento baseado em ações

Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas (“UARs”) e opções de ações. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (“*vesting period*”) estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

As movimentações ocorridas de UARs e opções de ações são apresentadas abaixo:

	<u>UARs</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>
Outorgas	10.498
Emitidas	(1.769)
Transferências entre empresas do grupo	29.484
Canceladas	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>38.213</u>
Outorgas	4.532
Emitidas	-
Transferências entre empresas do grupo	(36.618)
Canceladas	(5.369)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>758</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 150 (R\$ 680 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Stone registrou na reserva de capital o montante de R\$ 255 (R\$ 281 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

18. Gerenciamento de riscos

A área de gestão de riscos do Grupo conta com as seguintes frentes de atuação:

- Risco de Mercado;
- Liquidez;
- Crédito;
- Capital;
- Operacional;
- Conformidade; e
- Controles Internos.

A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos baseados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo. Estas áreas monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, que são periodicamente submetidos a revisões, com o objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Tais estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

- a) **Risco de mercado:** é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes das flutuações nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia
- *Risco de variação das taxas de juros:* é o risco de perdas resultante de movimentos adversos das taxas de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos.
 - *Risco cambial:* é o risco de perdas atrelado a variações na taxa de câmbio. A Companhia não possui instrumentos financeiros sujeitos ao risco cambial.

- b) **Risco de liquidez:** é o risco de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, que são monitoradas diariamente pelas áreas de Tesouraria e Controle de Risco Financeiro. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de descasamento máximo e de concentração de passivos, que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa seguro.
- c) **Risco de crédito:** é o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante o Grupo. No contexto operacional da Stone SCD, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de empréstimos. A Stone SCD mitiga o risco de crédito por meio de cessões diárias para um FIDC, com transferência substancial dos riscos e benefícios, de todas as operações de crédito por ela originadas.
- d) **Gerenciamento de capital:** a Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.
- e) **Risco operacional:** é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Os eventos de riscos operacionais incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, conforme a Resolução do CMN nº 4.606/17 e a Resolução do CMN nº 4.557/17.
- f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que:
- Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (“TI”) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam e transmitem; ou
 - Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos.

Ademais, o Grupo possui políticas e procedimentos que englobam diretrizes voltadas para a mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando-se a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, bem como dispõe de equipes treinadas e dedicadas para a mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução CMN nº 4.893/21.

- g) Conformidade:** o time de *Compliance* conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Ainda, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente.

O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da SCD nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (“COAF”) e Circular BACEN nº 3.978/20.

- h) Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia.

As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

i) Limite Operacional

A Stone SCD é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) disciplinada pela Resolução CMN nº 4.606/17.

Na data-base 31 de dezembro de 2021, a Stone SCD apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 502.910 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco

("RWA"), era de R\$ 497.932 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, § 3º da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 16,25%, o equivalente a R\$ 80.914.

A Stone SCD encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (16,25%).

19. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.